

ISSN 3085-5624

Eixo Temático 1 – Produção, Mediação e Gestão da Informação

**AUTOR E AUTORIA NAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS:
UMA ABORDAGEM FOUCAULTIANA*****AUTHOR AND AUTHORSHIP IN SCIENTIFIC PUBLICATIONS:
A FOUCAULTIAN APPROACH***

Marcos Aparecido Rodrigues do Prado – Universidade Federal de Alagoas (UFAL),
marcos.prado@ichca.ufal.br, <https://orcid.org/0000-0001-8783-3280>

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Estudo com objetivo de mostrar que autor e autoria têm diferenças conceituais. Foucault foi analisado para demarcar a função do autor no discurso. Metodologia empregou a pesquisa bibliográfica para análise de cinco obras de Foucault: *A ordem do discurso* (1996), *As palavras e as coisas* (1999), *O que é um autor?* (2006), *A arqueologia do saber* (2008) e *Vigiar e punir* (2014). Outras publicações com abordagem foucaultiana também fizeram parte do referencial teórico. Como resultado identificou-se que ser autor não se restringe apenas ao ato de escrever, mas ocupar um lugar no discurso que depende de regras e contextos sociais.

Palavras-chave: autor; autoria; discurso; publicações científicas; Paul-Michel Foucault.

Abstract: *This study aimed to show that author and authorship have conceptual differences. Foucault was analyzed to demarcate the author's function in discourse. The methodology used bibliographic research to analyze five works by Foucault: The Order of Discourse (1996), The Order of Things (1999), What is an Author? (2006), The Archaeology of Knowledge (2008) and Discipline and Punish (2014). Other publications with a Foucaultian approach were also part of the theoretical framework. As a result, it was identified that being an author is not restricted to the act of writing, but rather occupying a place in discourse that depends on rules and social contexts.*

Keywords: *author; authorship; discourse; scientific publications; paul-michel foucault.*

1 INTRODUÇÃO

Autor e autoria são atividades intelectuais que expressam formas de apropriações de traços e características do contexto histórico, político e sociocultural e também influenciam, em maior ou menor proporção, as nuances do pensamento na sociedade. Demonstram também as evidências de propriedade intelectual. Todavia, autor e autoria assumem compromissos, direta ou indiretamente e nem sempre de forma voluntária, com as implicações de responsabilidade do conteúdo produzido. Neste sentido, são instigados a seguir o aparato legal e normativo que foi instituído de forma política e socialmente

direcionado a punir ou coibir as transgressões e as subversões do pensamento predominante, ou seja, tornando-se um conjunto de mecanismos de controle para limitar a amplitude da liberdade de expressão.

Para além da noção de registros nominais, autor e autoria protagonizam a inserção discursiva na sociedade. Logo, representam estruturas de efeito do discurso em narrativas organizadas na trama textual, recorrendo à articulação da linguagem para manifestar tendências específicas que denotam valores intransigentes e inclinações ideológicas.

De pronto, informa-se que este estudo não reconhece que autor e autoria sejam sinônimos e, por isso mesmo, há um tratamento enfático nas suas diferenças fundamentais para demonstrar, com referenciais teóricos, tais contrastes. Pois, como afirmam Lima e Farias (2020, p. 108), para Foucault, “[...] autor e autoria podem não ser iguais, embora estes não possam se dissociar”. Em tal sentido, autor é considerado como **sujeito** histórico e social e a autoria consiste no **processo** de institucionalização do autor na sociedade.

Para demarcar a especificidade desta pesquisa é preciso esclarecer que autor e autoria são aqui identificados pela perspectiva das publicações científicas, ou seja, atribuição de responsabilidade em documentos originários da comunicação científica. Outro aspecto merecedor da devida elucidação diz respeito ao direcionamento de sentido fundamentado pelas ideias do filósofo francês Paul-Michel Foucault (1926-1984) que atribui a função do autor pela concepção do discurso. Assim, “[...] a questão da autoria, em Foucault, não se restringe a um problema de teoria literária, possuindo uma dimensão eminentemente filosófica” (Alves, 2023, p. 8).

O objetivo estabelecido ao propósito de investigação consiste em mostrar, sob o amparo teórico de Foucault (1999, 1996; 2006; 2008; 2014), que autor e autoria, apesar de parecerem sinônimos, têm diferenças conceituais importantes, até mesmo nas publicações científicas. Com isso, o problema de pesquisa desenvolveu-se sob a seguinte questão: com base em Foucault, autor e autoria são atividades intelectuais que podem ser consideradas como sinônimas?

A justificativa deste estudo qualifica-se pelo entendimento de que a abordagem aqui delineada incide no princípio de que realizar pesquisas sobre autor e autoria torna pertinente e instigante a existência de discussões teóricas e conceituais envolvendo necessariamente Foucault. Isso porque este filósofo francês desenvolveu muitos textos seminais a respeito, além de ser

notabilizado mundialmente como autoridade teórica e epistêmica, em larga extensão interdisciplinar, sobre o tema em questão.

2 METODOLOGIA

A construção metodológica foi delineada pela pesquisa bibliográfica em que cinco obras de Foucault foram utilizadas como base teórica da análise sobre autor e autoria e seus contextos discursivos.

As referidas bibliografias de Foucault são respectivamente identificadas, em ordem cronológica de publicação, pelos seguintes títulos: *A ordem do discurso* (1996), *As palavras e as coisas* (1999), *O que é um autor?* (2006), *A arqueologia do saber* (2008) e *Vigiar e punir* (2014).

Outras publicações com abordagem foucaultiana, entre livros e artigos, também foram incorporadas à análise para ampliar as fundamentações teóricas. Para tanto, recorreu-se ao *Google Acadêmico* tendo como estratégia de busca a conjunção dos termos “autor” e “autoria”, priorizando a recuperação de artigos que continham a presença de tais palavras especificamente nos seus títulos. Efetuada a seleção, o procedimento sistemático de leitura realizado nas publicações pertinentes identificou algumas citações que foram consideradas de obras relevantes à pesquisa. Então, tais bibliografias também foram adicionadas às bases teóricas para maior adensamento das fundamentações.

No âmbito da Ciência da Informação, recorreu-se à Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) em que os processos de pesquisa realizados foram semelhantes à busca empreendida no *Google Acadêmico*. Mas, nesse procedimento específico, não houve prioridade na seleção de artigos com abordagem foucaultiana e sim pelo critério da presença dos termos “autor” ou “autoria” nos campos de título, resumo e palavras-chave. No entanto, a seleção foi filtrada restringindo somente às pesquisas teóricas que continham o direcionamento de discussões das características conceituais.

3 O AUTOR E A SUA FUNÇÃO NO DISCURSO

O autor cumpre uma função discursiva, segundo Foucault (1996; 2006; 2008). Essa condição se dá porque “A função do autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (Foucault,

2006, p. 46). Dada a complexidade para considerar factível o entendimento de autor, Foucault (2008) propõe uma análise arqueológica que considera as condições históricas do saber e a função do sujeito no discurso. Com isso, “[...] a posição-autor está associada a um modo de existência dos discursos, característico de uma dada época e cultura” (Alves, 2023, p. 15).

Frente aos desafios de compreensão laboriosa, julga-se pertinente esclarecer que, a função atribuída ao autor, pela sua inserção discursiva, é uma construção melindrosa e intrincada de nuances que envolvem regras e contextos sociais (Muchail, 2002). Em tal aspecto, entende-se que o autor se apresenta como um agente partícipe do processo difusor de narrativas discursivas (Foucault, 1996; 2006; 2008; Orlandi, 2007; 2008). Nesse aspecto, Almeida (2008, p. 223, grifo do autor) é assertivo em afirmar que, “O ‘nome do autor’ é a marca que possibilita unificar, delimitar, referenciar saberes sob a lápide de um território específico: a assinatura”.

Por essa noção, não basta que alguém esteja envolvido em uma produção textual para ser efetivamente considerado como autor (Foucault, 2006; Soares, 2007). É preciso que este agente produtor de conhecimento seja identificado pela sua aderência discursiva para efetivar-se como autor, sujeito pertencente a um lugar no discurso (Foucault, 1996; 1999; 2006; 2008; Orlandi, 2008; Muchail, 2002; Cavaleiro, 2008; Carvalho, 2024). Pois, afinal, como defende Alves (2015, p. 80), “O indivíduo não toma diretamente a palavra, mas o faz sempre ocupando uma posição-sujeito específica”.

O autor é um sujeito social e historicamente localizado, além de ser ideologicamente referenciado pelo discurso que calibra a lógica do seu pensamento narrativo (Foucault, 2008). Em tal aspecto, Orlandi (1996, p. 75, grifo da autora) identifica que “[...] O autor se produz pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e que ‘vem de fora’. O lugar do autor é determinado pelo lugar da interpretação”. Como se percebe, o autor e a sua função discursiva somente ficam explícitos a partir do contexto do seu enunciado, com a operacionalização da análise de narrativas nos processos de interpretação textual (Carvalho, 2024).

Todavia, o autor está inserido em um contexto de manifestação da linguagem (Orlandi, 2008). Isso porque todos os campos da atividade humana estão ligados ao uso de mecanismos da linguagem (Foucault, 2008; 2014). De pronto, é possível reconhecer que a linguagem se estrutura em processos comunicacionais necessários às relações humanas e se

efetiva pelos sentidos atribuídos na dinâmica das interlocuções características (Love, 2002). Em tal contexto, Orlandi (2007, p. 27) reconhece que “A linguagem estabiliza o movimento dos sentidos”.

Em meio à linguagem, o discurso emerge para configurar narrativas (Cavalheiro, 2008). Com isso, o discurso se estrutura pelas ideias formuladas em enunciados narrativos em que as palavras, expressas ou omitidas, denotam intencionalidade, nem sempre aparente, para qualificar sentido referencial (Orlandi, 2007; Foucault, 1999; 2006; 2008). Como consequência, “A noção de autor seria então uma ‘unidade sólida’ que demarca territórios específicos no campo das ideias, constituindo um dos mecanismos de ordenação dos discursos” (Almeida, 2008, p. 222, grifo do autor).

Em relação ao discurso, este se caracteriza como um conjunto de ideias formuladas para determinar a orientação predominante de pensamento sistematizado por um grupo social específico que se encontra em condições favorecidas para exercer os mecanismos de influência e poder (Orlandi, 2008; Foucault, 2008; 2014). Com isso, segundo Foucault (1996, p. 66), “A formação regular do discurso pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos do controle [...]”. Afinal, possuir domínio para estabelecer as formas de controle é um privilégio ambicionado pelos detentores de poder na sociedade (Foucault, 2014).

Logo, na concepção de Foucault (2008), o discurso é um sistema de enunciados que se baseia em uma formação narrativa, definindo o que pode ser dito e como, e essa ação influencia, direta ou indiretamente, a compreensão e o poder sobre o mundo. Notadamente, é pelo discurso que as ideias são expressas e denotam sentido e significado às palavras (Foucault, 1996; 1999). Afinal, como defende Foucault (1999, p. 107, grifo do autor), “[...] as palavras receberam a tarefa e o poder de ‘representar o pensamento’”. E essa representação terminológica não é neutra (Foucault, 1996; 2006; 2008). Muito pelo contrário porque, de alguma maneira, sempre estará afetada por narrativas de posicionamento discursivo (Foucault, 1996; 2006).

É pela perspectiva do discurso que a função do autor se expõe e se revela (Orlandi, 2008). Desse modo, o autor é compreendido como um sujeito do discurso e o prolifera pelas narrativas de pensamento, quando transcritas em conteúdo estruturado em texto (Foucault, 1996; 1999; 2006; 2008). Nessa exposição do discurso, “[...] o nome do autor remete a várias

significações e expectativas em relação ao texto publicado, o que demonstra a importância que hoje em dia ainda se confere ao autor” (Soares, 2007, p. 26).

Nesse ponto de vista, a identificação nominal do autor representa uma forma de atrelá-lo às construções discursivas das quais ele se associa pelas narrativas de pensamentos expostos em enunciados textuais (Almeida, 2008; Cavalheiro, 2008; Foucault, 2008; Orlandi, 2008). Afinal, todo texto tem um sujeito, um autor envolvido em seu processo de criação e tal aspecto de designação autoral implica na identificação nominal de alguém (Love, 2002; Muchail, 2002; Foucault, 2006; Soares, 2007). Com isso, “Este nome baliza, delimita, descreve, unifica uma pluralidade de discursos, sob a égide da assinatura do autor” (Almeida, 2008, p. 224).

Em aspectos históricos, o surgimento do autor se deu por motivações específicas para controle e criminalização do pensamento, instituindo limitações das liberdades de expressões e o alinhamento dos discursos (Love, 2002; Foucault, 2006; Soares, 2007; Almeida, 2008; Orlandi, 2008; Carvalho, 2024). Foi assim que:

Os textos, os livros, os discursos começaram efetivamente a ter autores [...] na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores. [...] Historicamente foi um gesto carregado de risco antes de ser um bem preso num circuito de propriedades. Assim que se instaurou um regime de propriedades para o texto, que se promulgaram regras estritas sobre os direitos de autor, sobre as relações autores-editores, sobre os direitos de reprodução, etc. (Foucault, 2006, p. 47).

Com base nas discussões aqui apresentadas, entende-se que o autor é um sujeito caracterizado pelas dimensões históricas, políticas e socioculturais e se orienta por suas inclinações de preferências específicas, incluindo os aspectos de natureza ideológica (Orlandi, 1996; Love, 2002; Revel, 2005; Foucault, 2006; Almeida, 2008; Alves, 2023). Na concepção de Carvalho (2024, p. 9) o autor é sujeito empírico e como tal “[...] exerce certa atividade intelectual reconhecível dentro de um sistema de produção cultural”. Logo, o autor é alguém que expressa opinião em textos produzidos individualmente ou em parceria com outra(s) pessoa(s) (Love, 2002; Lima; Farias, 2020). Assim sendo, “[...] o autor é tomado aqui como uma posição ocupada por um indivíduo em uma prática discursiva, ou seja, como o sujeito de um enunciado, aquele que toma a palavra, que escreve ou que produz um discurso” (Alves, 2015, p. 84).

De todo o modo, julga-se pertinente salientar que o autor cumpre uma função que “[...] manifesta a instauração de um certo conjunto de discursos e refere-se ao estatuto

desses discursos no interior de uma sociedade e de uma cultura” (Foucault, 2006, p. 46). Notadamente, o autor é alguém que assume posição discursiva ao emitir suas opiniões, ainda que, de alguma forma, seja escamoteada em seus enunciados narrativos (Revel, 2007; Almeida, 2008; Foucault, 2008; Orlandi, 2008). Em tal contexto, Soares (2007, p. 14) considera que:

[...] as escolhas discursivas dos autores são um componente importante na construção de suas identidades embora essas escolhas sejam restringidas por fatores sociais e ao mesmo tempo altamente influenciadas por convenções culturalmente e historicamente estabelecidas.

Alves (2015, p. 80) é categórico ao afirmar que “O autor ocupa um lugar no discurso e exerce determinadas funções, dentro de domínios específicos, de modo que, ao invés de perguntar pelo que é o autor, deveríamos voltar nossa atenção para a maneira como a autoria funciona”. Em busca desse entendimento a respeito da autoria é que a seção seguinte está dedicada a tal aspecto. Pois,

O nome de autor está atrelado não propriamente a um indivíduo real e exterior que proferiu um discurso, mas a um certo tipo de discursos com estatuto específico, isto é, aqueles cujo modo de ser, numa determinada cultura, torna-os providos de uma atribuição de autoria (Muchail, 2002, p. 131).

Por conseguinte, considera-se pertinente localizar o autor a partir da sua função de sujeito na formulação e propagação discursivas, assim como se faz oportuno compreender a dimensão da autoria em análise comparativa e complementar de suas similaridades conceituais em papéis e funções específicas.

4 A AUTORIA E O SEU PROCESSO DISCURSIVO

Em primeiro momento, a ideia de autoria se vincula ao “[...] estabelecimento de uma obra que se reconhece e que se delimita, atribuindo um certo número de textos a um autor” (Foucault, 2008, p. 25). Nessa perspectiva, a autoria denota sentido objetivo pela atribuição do nome do autor, conferindo a este o registro de responsabilidade intelectual e também de propriedade, individual ou compartilhada, pela publicação de livro, artigo ou mesmo de algum tipo de trabalho científico (Love, 2002; Lima; Farias, 2020). Logo, autoria, em tal concepção, remete à identificação de alguém que se envolveu ativamente na ação produtora, tornando esse sujeito protagonista e socialmente responsável pelo teor expresso em registro específico (Foucault, 2006; Veiga-Neto, 2007; Almeida, 2008).

A autoria notabiliza a sua função social ao outorgar nominalmente o reconhecimento da propriedade intelectual sobre a produção de textos (Love, 2002; Ferreirinha; Raitz, 2010; Alves, 2015). Com isso, há uma responsabilização nominal pelo conteúdo produzido (Foucault, 2006; 2008). Em síntese, essa noção orienta entendimento de que a autoria institucionaliza uma forma de controle que estabelece vínculos de responsabilidades à produção cultural, quando expressa textualmente pela emissão de opiniões ou de subjetividades características (Love, 2002; Revel, 2005; Martins, 2014).

De todo o modo, para Foucault (1996; 2006; 2008), o autor é um sujeito histórico e cultural com função orientada pelo discurso que o integra, enquanto a autoria se desenvolve como processo institucionalizado em convenções estruturantes. No entanto, o pensamento de Foucault não é simplista porque se articula interseccionado em diferentes domínios do conhecimento, permeando conexões com ideias difusas e arcabouços metodológicos fundamentalmente prolixos (Love, 2002; Revel, 2005; Veiga-Neto, 2007). É nesse intrincamento foucaultiano que “[...] a autoria insere-se em uma complexa rede de questões [...], sobretudo, ao lugar ocupado pelo sujeito no interior do discurso e a possibilidade de subversão da ordem e das estruturas estabelecidas” (Alves, 2023, p. 10).

Dada a envergadura necessária para se compreender a noção de autoria no pensamento de Foucault é que buscou-se delinear enfoques introdutórios em aspectos específicos. Assim, esta seção compreende, a partir de Foucault (1996; 1999; 2006; 2008; 2014), que autoria mantém associações encadeadas por, pelo menos, cinco características, que são respectivamente: processo, discurso, estatuto, entidade e coautoria.

Como **processo**, a autoria compreende a forma sistemática de integração discursiva a uma determinada linha de pensamento e orientação para especificidade de vertente ideológica (Foucault, 2006; 2008; Alves, 2015). Orlandi (2008, p. 81) argumenta que “[...] o princípio da autoria faz parte, segundo Foucault (1971), dos processos internos de controle e delimitação do discurso. São processos que vão domesticar (disciplinar) a dimensão do acontecimento e do acaso do discurso”. Se trata, então, de processos que formalizam os aspectos de representação social (Foucault, 1999; Love, 2002; Almeida, 2008; Alves, 2015). Com isso, verifica-se a canalização da intencionalidade dirigida, consciente ou inconscientemente, como fator preponderante à participação discursiva do autor em um dado contexto histórico, sociocultural e essencialmente político (Cavalheiro, 2008; Alves, 2023).

Sendo o autor o sujeito protagonista da autoria, é preciso reconhecer que “No campo acadêmico, por exemplo, a figura do autor é extremamente importante para a fundamentação e legitimação das pesquisas” (Soares, 2007, p. 26). E essa forma de legitimidade é embasada pelo discurso fundamentado de textos autorais (Foucault, 1999; Alves, 2015; Carvalho, 2024). Se trata, então, de um processo completamente ausente da neutralidade, da isenção ou até mesmo da imparcialidade (Foucault, 2006). Assim sendo, a autoria, nesse entendimento, se vincula à linguagem para direcionar a criação intelectual em uma concepção estruturada por enunciados que caracterizam a sua construção discursiva (Foucault, 1996; 1999; 2008; Alves, 2023).

Como **discurso**, a autoria evidencia na linguagem utilizada pelos enunciados textuais a orientação direcionada de um pensamento instituído em princípios determinantes para privilegiar um tipo de visão de mundo caracterizado pelas estruturas de concepção ideológica (Foucault, 1996; 1999; 2006; 2008). Nesse sentido, Telles (2018, p. 194, grifo do autor) afirma que “Para Foucault (2006), o ‘nome de autor’ afeta a prática do discurso e serve como princípio de classificação e agrupamento”.

Seguindo esse entendimento foucaultiano, a autoria ocupa uma função discursiva na sociedade (Foucault, 1996; 1999; 2006; 2008; Cavalheiro, 2008; Alves, 2015; 2024). E como tal, ela se incorpora da linguagem para realizar a sua performance de intencionalidade direcional (Foucault, 1999; Orlandi, 2007; 2008; Almeida, 2008). Notadamente, verifica-se que “[...] a autoria é uma função discursiva e ganhou destaque quando os discursos se tornaram transgressores, passando a caracterizar a ligação intrínseca entre a existência, a circulação e o funcionamento de discursos dentro da sociedade” (Lima; Farias, 2020, p. 109).

Como **estatuto**, a autoria se estabelece em mecanismos de controle, por meio de normas e diretrizes específicas, para designar limites à circulação e à produção de textos (Foucault, 2006; 1999). O estatuto da autoria é um tipo de dispositivo ajustável às condições e circunstâncias tanto sociais quanto culturais (Love, 2002; Telles, 2018; Carvalho, 2024). No entanto, há de se pensar até mesmo do seu efeito em conjunturas políticas (Almeida, 2008; Cavalheiro, 2008). Sendo assim, “O discurso autoral, aquele associado a um nome de autor, deve ser acolhido de certa maneira: ele recebe, em uma determinada cultura, um estatuto próprio” (Alves, 2023, p. 23).

Pois, para Foucault (2006), o estatuto da autoria não é uma entidade fixa, mas uma função social que organiza o discurso e atribui responsabilidade e legitimidade aos textos.

Tais condicionantes vislumbram o estatuto da autoria como “[...] categoria estética, estilística e jurídica no âmbito da cultura ocidental [...]” (Carvalho, 2024, p. 7). Logo, o estatuto da autoria se estrutura em convenções instituídas social e culturalmente, mas também em processos políticos (Love, 2002; Muchail, 2002; Revel, 2005; Veiga-Neto, 2007; Almeida, 2008; Alves 2015).

De forma a sublinhar esse contexto, enfatiza-se que o estatuto da autoria está efetivamente ligado à noção de responsabilidade autoral, que compreende inclusive a sua possibilidade de transgressão (Love, 2002; Veiga-Neto, 2007; Cavalheiro, 2008). Nesse sentido, Carvalho (2024, p. 7) destaca que “O estatuto da autoria garantiu então o benefício da propriedade autoral [...]”. Mas o estatuto da autoria vai além da perspectiva de garantia do direito autoral, pois também implica em limites legais e normativos que correspondem às responsabilidades do autor com o seu texto na sociedade (Love, 2002; Foucault, 1996; 2006; 2008; Alves, 2015; 2023). Desse modo, “Conforme Foucault, a noção de autor se instituiu pela necessidade de que fossem criados mecanismos de controle sobre as potencialidades subversivas de determinadas práticas discursivas” (Carvalho, 2024, p. 7).

Como **entidade**, a autoria se refere ao poder que lhe cabe socialmente para institucionalizar prerrogativas que legitimam a sua relevância cultural (Foucault, 2006). Torres e Castro (2009, p. 91, grifo das autoras) explicam que “O poder é compreendido como uma “rede produtiva” que atravessa o campo social como um todo e não apenas acionado como uma força para reprimir”. Foucault (2006) recorre à noção de entidade individual para identificar o autor como sujeito, mas, como afirma Veiga-Neto (2007), não como um conceito predefinido e sim à uma construção social que surge das relações de poder e do saber. A noção de entidade na autoria compreende a dimensão social e o alcance sobre “[...] o funcionamento do nome próprio como ‘nome de autor’, explorando os efeitos que ele produz quando é atribuído a um texto ou conjunto de textos” (Telles, 2018, p. 194, grifo do autor).

Logo, a autoria como entidade compreende a composição individual do autor como sujeito histórico e social e a influência do seu saber nas estruturas da sociedade, isso a partir do efeito de suas produções intelectuais (Love, 2002; Orlandi, 2008; Martins, 2014; Alves, 2015). Tal condição é tangível a “[...] uma fronteira entre o sujeito que escreve e o autor: é possível essas duas ‘entidades’ serem isoladas e independentes uma da outra?” (Soares, 2007, p. 12, grifo da autora). Eis uma pergunta com aspecto inextricável em que qualquer

resposta seria algo precipitado, pois envolve diretamente o sujeito (indivíduo social) e o autor (entidade individual).

De todo o modo, é pela concepção de entidade que a autoria notabiliza o patamar de autoridade, inclusive epistêmica, que determinados autores logram, em decorrência do efeito de seus textos na sociedade, abrangendo também as comunidades científicas para os contextos acadêmicos (Love, 2002; Orlandi, 2008; Martins, 2014; Carvalho, 2024). É nessa perspectiva que as autorias seminais se enquadram. De forma elucidativa, se esclarece que as autorias seminais são aquelas que foram notabilizadas pelo impacto de suas publicações na comunidade científica (Guimarães, 2024). Nesse sentido, as autorias seminais se tornam autoridades teóricas por serem citadas de forma recorrente em publicações de outros autores, ou seja, de forma direta ou indireta, influenciam campos ou domínios do conhecimento (Evangelista; Grácio; Guimarães, 2022; Guimarães; Tognoli, 2024).

Como **coautoria**, a autoria perde a sua unicidade nominal no registro da produção e também na concepção de responsabilidade intelectual, isso porque se realiza de forma compartilhada (Foucault, 1999; 2006; Martins, 2014; Lima; Farias, 2020). A coautoria é uma ação em parceria entre pessoas, que podem ou não envolver instituições e até mesmo países diferentes para atuarem em processos de colaboração ou cooperação científicas (Prado, 2019; 2023). A coautoria converge interesses e compromissos comuns entre os envolvidos, mas também representa afinidade discursiva em publicações, especialmente científicas (Vilan Filho; Souza; Mueller, 2008). Bohn (2003, p. 7) esclarece que “A produção científica em parceria é hoje apresentada como um dos resultados da formação dos grupos de pesquisa e de projetos de pesquisa integrados”. Todavia, em contexto internacional, as coautorias se desenvolvem como parcerias firmadas em processos de cooperações articuladas em estratégias geopolíticas (Prado, 2019; 2023).

Do ponto vista discursivo, a coautoria mantém uma ligação específica entre autores distintos e institui uma linguagem textual agregadora e convergente, desenvolvendo uma teia narrativa igualmente compartilhada (Lima; Farias, 2020). “Diria, numa palavra, que tais autores se encontram numa posição ‘transdiscursiva’” (Foucault, 2006, p. 57, grifo do autor). E essa forma transdiscursiva se dá em um processo de construção e alinhamento de ideias e pensamentos que congregam à uniformidade de sentido no discurso textual da coautoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto demonstra a complexidade delineada para o entendimento de autor e de autoria na concepção foucaultiana. Se trata de um desafio hercúleo e, ao mesmo tempo, fascinante porque envolve densas reflexões filosóficas, mas também históricas dos processos sociais da humanidade. É a influência da cultura e das estruturas políticas devidamente articuladas com o sentido de liberdade e suas fronteiras que estabelecem limites à transgressão.

Nesse contexto, o autor e a autoria são atribuições históricas e culturais que se desenvolvem como atividades humanas em condições interligadas, porém em propriedades distintas. No entanto, ambas as formas se caracterizam pelo discurso, sendo autor o sujeito e autoria o processo instituído na estrutura da sociedade.

Todavia, pensar o autor é refletir a condição humana como sujeito histórico e cultural. O autor se insere em um contexto discursivo pela formulação de narrativas que se organiza em linguagens de um dado tempo histórico e de determinado lugar socialmente estabelecido. O autor se apresenta como entidade por conta da tão almejada repercussão notória que o possibilita ser identificado como autoridade em domínio específico do conhecimento humano. Algo que somente a sua comunidade de discurso o outorgará a usufruir de tal condição de proeminência pela autoridade conferida.

Já a autoria situa-se na dimensão do processo social que institucionaliza a prática autoral, inclusive estabelecendo o seu estatuto característico. A autoria não está imune ao discurso, muito pelo contrário, porque ela se desenvolve de forma absorpta pelo enunciado de narrativas discursivas, tendo identificação nominal atribuindo responsabilidade e propriedade de conteúdo. Logo, entende-se que a autoria se estrutura em bases de linguagens narrativas orientadas pelo pensamento discursivo ao qual se institucionaliza nominalmente a responsabilidade autoral.

O texto aqui apresentado demonstra, com embasamentos teóricos, que autor e autoria não são sinônimos, apesar de haver conexões tênues que dificultam identificar em tempo hábil os seus limites funcionais e também as fronteiras de seus aspectos conceituais. Mas as contribuições de Foucault são expressivas e determinantes para se compreender a função do autor, como sujeito, e da autoria, como processo, nos contextos da linguagem e na tessitura dos seus enunciados discursivos.

O presente trabalho representa um estímulo para se dar enfoque significativo ao entendimento de autor e de autoria, recusando toda e qualquer possibilidade de reducionismo simplório que os identifique conceitualmente como sinônimos. Assim sendo, a noção foucaultiana foi determinante ao desenvolvimento de reflexões ampliadas, e consideradas necessárias, no processo de incorporação de acepções fundamentais para se conceber outras perspectivas, mais densas e profundas, ao sentido de autor e de autoria.

Ressalta-se que não há nenhuma intenção aqui de se estabelecer um arcabouço referencial pronto e acabado, ou seja, esgotado por si mesmo. Muito pelo contrário. Considera-se importante que outros estudos possam seguir na busca de ampliações de entendimentos e de ponderações a respeito de autor e de autoria na Ciência da Informação. E que estas novas pesquisas possam repercutir as contribuições do pensamento foucaultiano no referido domínio de forma ainda mais consistente e sistemática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leonardo Pinto de. A função-autor: examinando o papel do nome do autor na trama discursiva. **Fractal: revista de Psicologia**, Niterói, v. 20, n. 1, p. 221-236, jan./jun., 2008.

ALVES, Marco Antônio Sousa. A autoria em questão a partir de Foucault: autor, discurso, sujeito e poder. **Matraga: estudos linguísticos e literários**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 37, p. 79-97, jul./dez., 2015.

ALVES, Marco Antônio Sousa. Michel Foucault e a questão da autoria: contexto, teses e impacto da conferência de 1969. **Remate de males**, Campinas, v. 43, n. 1, p. 7-36, jan./jun., 2023.

BOHN, Maria del Carmen Rivera. Autores e autoria em periódicos brasileiros de Ciência da Informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 8, n. 16, jul./dez., 2003.

CARVALHO, Fábio Almeida de. Teoria, autoria.... **Gragoatá**, Niterói, v. 29, n. 63, e58897, jan./dez., 2024.

CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault, **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 67-81, jul./dez., 2008.

EVANGELISTA, Isadora Victorino; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. The concepts of domain, discourse community and epistemic community: affinities

and specificities. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, v. 16, Dossiê Análise de Domínio, e021382022, jan./dez., 2022.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-83, mar./abr., 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 6. ed. Lisboa: Nova Veja, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A análise de domínio como perspectiva teórico-metodológica na organização do conhecimento: uma análise dos aspectos teóricos na literatura internacional. **RICI**: revista Ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 17, n. 3, p. 644-677, set./dez., 2024.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Diálogos interdisciplinares da análise de domínio com as comunidades discursivas, as comunidades epistêmicas, a metateoria e os colégios invisíveis: perspectivas metodológicas no âmbito da organização do conhecimento. **TransInformação**, Campinas, v. 36, e2412229, jan./dez., 2024.

LIMA, Juliana Soares; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Autoria em produções científicas: conceitos, critérios, integridade na pesquisa e responsabilidade na colaboração. **Investigación Bibliotecológica**, México (DF), v. 34, n. 82, p. 103-139, enero/marzo, 2020.

LOVE, Harold. **Attributing authorship**: an introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MARTINS, Beatriz Cintra. **Autoria em rede**: os novos processos autorais através das redes eletrônicas. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

MUCHAIL, Salma Tannus. Michel Foucault e o dilaceramento do autor. **Margem**, São Paulo, n. 16, p. 129-135, jul./ dez., 2002.

ORLANDII, Eni Puccinelli. **As vozes do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ORLANDII, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDII, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues do. **Cenários da conjuntura e perspectivas das coautorias em artigos científicos no grupo geopolítico dos países BRICS**. 2019. 269 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/181212>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues do. **Integração dos países BRICS: um olhar geopolítico pelas coautorias de artigos científicos**. Maceió: Edufal, 2023.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SOARES, Mara Lúcia Fabiano. **O papel do autor de livro didático para o ensino de língua inglesa como uma língua estrangeira: um estudo de identidade autoral**. 148 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TELLES, Luís Fernando Prado. Autoria, comunidade e a noção de pertencimento: práticas de escrita literária e suas instâncias de legitimação social. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 38, n. 105, p. 189-204, maio-ago., 2018.

TORRES, Maria Carmen Euler; CASTRO, Lucia Rabello de. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr., 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VILAN FILHO, Jayme Leiro; SOUZA, Held Barbosa de; MUELLER, Suzana. Artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil: evolução da produção e da autoria múltipla. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 2-17, maio/ago., 2008.